



O DIREITO AMBIENTAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ESTUDOS EM HOMENAGEM À MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

ORGANIZAÇÃO: FELIPE MARTINS PINTO E MARCELO AZEVEDO

Nota do Presidente

O Instituto dos Advogados de Minas Gerais, solo historicamente fértil no qual, há mais de 107 anos, têm germinado e desenvolvido relevantes estudos para fomento e aperfeiçoamento da ordem jurídica, inaugurou a sua editora como instrumento catalizador para a divulgação e a sistematização de conteúdos científicos e culturais produzidos por nossos associados.

A editora se debruça com especial atenção para a produção advinda dos nossos Departamentos, como ocorre com a presente obra, nascida a partir do trabalho profícuo do Departamento de Direito Ambiental, sob a coordenação do dinâmico e competente Advogado Marcelo Azevedo.

O tema, direito ambiental, sempre atual, adquiriu nos últimos anos incremento de relevância diante dos intensos debates políticos e jurídicos que tencionaram o tradicional binômio desenvolvimento econômico x preservação ambiental. Nesse sentido, a obra chega em excelente momento, lançando luzes sobre temas de complexidade e relevância.

A pertinência deste livro coletivo se redobra pela justa e merecida homenagem à Ministra Cármen Lúcia, professora erudita e culta, amante da literatura que soube extrair o melhor da sabedoria do interior das Minas Gerais. Sua trajetória profissional, não obstante, ser conhecida por muitos, merece uma resumida menção: Mestre em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de Minas, Exerceu a advocacia e, por concurso, em 1983 tornou-se Procuradora do Estado de Minas Gerais, tendo assumido o cargo de Procuradora Geral do Estado (2001 - 2002). Entre 1994 até 2006 foi membro da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Desde 2006, a homenageada é Ministra do Supremo Tribunal Federal. Em 2008 tomou posse como Ministra do Tribunal Superior Eleitoral, ano em que também assumiu a direção da Escola Judiciária Eleitoral e em 2012 assumiu a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, tendo sido a primeira mulher a presidi-lo. Retornou novamente para Côrte Eleitoral em 2020, onde, atualmente, mantém-se exercendo a judicatura. Em 2012 assumiu a Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal e em 2016 a Presidência do Supremo Tribunal Federal e do

William Freire Advogados Associados - <http://willimfreire.com.br>



Conselho Nacional de Justiça. Na condição de Presidente do Supremo Tribunal Federal, exerceu as funções da Presidência da República do Brasil em cinco oportunidades. É associada do Instituto dos Advogados de Minas Gerais e autora de diversas obras jurídicas.

A obra, estruturada em 16 artigos, é um perfeito exemplo de obra coletiva, na qual se percebe não apenas um agrupado de textos, mas a organização de temas que efetivamente se entrelaçam, somada à circunstância de todos os textos oferecerem profundo conhecimento teórico, redigidos de maneira crítica e reflexiva e com alvissareira aptidão de aprimorar a prática jurídica.

A lista dos autores que contribuíram para o projeto merece um destaque especial, por conter profissionais com densa formação acadêmica e ampla experiência profissional. O resultado não poderia ser diferente: uma efetiva produção científica, fadada a se tornar uma relevante fonte de pesquisa.

Capítulos

1. A aparente – mas não efetiva dicotomia entre interesse econômico e tutela socioambiental: breve análise da disputa dirimida no julgamento do caso “Raposa Serra do Sol” – *Werner Grau Neto e Leticia Elizeu Duarte*
2. Afronta à autoridade das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado da constitucionalidade do Código Florestal de 2012 – *Rebeca Stefanini Pavlovsky e Maurício Pellegrino de Souza*
3. Constitucionalismo Climático – *Délton Winter de Carvalho*
4. Contribuições da Ministra Cármen Lúcia para a evolução do Direito Ambiental nas decisões do Supremo Tribunal Federal – *Eduardo de Campos Ferreira e Claudia Hori*
5. **Criação e extinção de unidades de conservação da natureza: contribuições do Supremo Tribunal Federal – Marcelo Azevedo**
6. Extensão da Responsabilidade Civil por dano ao meio ambiente no Brasil: a questão da imprescritibilidade – *José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior*
7. Governança Ambiental: A Agenda Climática e a Pauta Verde do STF – *Natascha Trennepohl, Isabelle Carvalho Gonçalves e Laura Bianchini Leite*
8. Instrumentos para uma atuação resolutiva do Ministério Público: consensualidade e Acordos na Atuação do Ministério Público na Promoção da Responsabilização Cível e Criminal – *Terence Trennepohl e Anna Karina Omena*
9. O direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado no Supremo Tribunal Federal – *José Adércio Leite Sampaio e Christiane Costa Assis*

William Freire Advogados Associados - <http://willimfreire.com.br>



10. **O mínimo existencial ecológico: sua aplicação no STF e as alternativas para a sua concreção prática - Bruno Malta**
 11. O Princípio da Proibição ao Retrocesso em matéria ambiental: o voto da Ministra Cármen Lúcia na ADPF no 760 - *Alexandre Burmann e Mateus Staliveri da Costa*
 12. Poder Judiciário e Mudanças Climáticas: Contribuições do STF e da Ministra Cármen Lúcia para a Litigância Climática no Brasil - *Luiz Gustavo Escorcio Bezerra e Gedham Medeiros Gomes*
 13. Reflexões sobre o licenciamento ambiental e aspectos do processo decisório dos órgãos competentes à luz da ADI 6808 - *Simone Paschoal Nogueira e Iris Zimmer*
 14. Simplificação do Licenciamento Ambiental: limites legais e a jurisprudência do STF - *Luciana Gil Ferreira e Patrícia Mendanha Dias*
 15. Usinas Nucleares e a jurisprudência do STF: uma discussão sobre competência - *Rita Maria Borges Franco*
 16. Vedação ao retrocesso ambiental: análise do STF no âmbito da ADC 42 e ADI 4901, 4902, 4903 e 4937 - *Leonardo Lamego*
-

Copyright © Editora Instituto dos Advogados de Minas Gerais

Copyright © Clio Gestão Cultural e Editora

Todos os direitos reservados - 2022

Clio Gestão Cultural e Editora

EDITORA EXECUTIVA: Tânia Maria Teixeira Melo Freitas

DIAGRAMAÇÃO: Ludmila Andrade Rennó

REVISÃO GERAL: Os organizadores

REGISTRO E CATALOGAÇÃO: Gislene Rodrigues da Silva

CONSELHO EDITORIAL DA CLIO GESTÃO CULTURAL E EDITORA:

Profa. Dra. Adalgisa Arantes Campos - UFMG - Brasil

Prof. Dr. Alfredo Morales - USE - Espanha

Profa. Dra. Ângela Brandão - UNIFESP - Brasil

Prof. Dr. Antônio Emílio Morga - UFAM - Brasil

Pe. Mestre Carlos Fernando Russo - UP - Portugal

Eng.o Mestre Fernando Roberto de Castro Veado - UFMG/IEPHA - Brasil

Prof. Dr. Luiz Alberto Ribeiro Freire - UFBA - Brasil

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta - UFMG - Brasil

Prof. Dr. Magno Moraes Mello - UFMG - Brasil

Profa. Dra. Mary del Priore - UNIVERSO - Brasil

William Freire Advogados Associados - <http://willimfreire.com.br>



Prof. Dr. Saul António Gomes - UC - Portugal

D536

O direito ambiental no Supremo Tribunal Federal: estudos em Homenagem à ministra Cármen Lúcia / Felipe Martins Pinto; Marcelo Azevedo (org.). - Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2022.

328p. : 15,5×23 cm.

ISBN: 978-65-89378-04-4

1. Direito ambiental. 2. Cármen Lúcia. 3. Supremo Tribunal Federal. I.Título.

CDD - 344.046

CDU - 34:577.4

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito da editora e do autor.

Clio Gestão Cultural e Editora - www.editoraclio.com.br

Av. Álvares Cabral, 344, Sala 1701, Lourdes - Cep: 30170-001, Belo Horizonte, MG

Contato: (31) 99757-4799 | E-mail: contatoclioeditora@gmail.com